



O LEGADO DA REVOLUÇÃO RUSSA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS¹

Cristiana Costa Lima (Coordenadora da mesa)²

Antonio Gonçalves Filho³

Franklin Douglas Ferreira⁴

Orlando Oscar Rosar⁵

EMENTA

Reflexão sobre a Revolução Russa e sua influência na constituição do Estado de Bem Estar Social no mundo ocidental. O fim do *Welfare State*. O desenvolvimento capitalista no pós-guerra, a crise fiscal e financeira dos Estados nacionais, o colapso da URSS e o retorno do liberalismo na sua versão monetarista. A intervenção estatal nos 30 anos gloriosos e a construção dos sistemas públicos de educação e saúde. A emergência da questão social com a ascensão da classe trabalhadora como sujeito político e a existência (ou não) do Estado de Bem Estar Social no Brasil.

¹ Mesa Temática Coordenada proposta pelo Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais (OPPLS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA) e cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq.

² Doutora em Políticas Públicas (UFMA). E-mail: costalima.cristiana@gmail.com

³ Doutor em Fisiopatologia Clínica e Experimental (UERJ) e presidente da APRUMA. E-mail: antoniouro@uol.com.br

⁴ Mestre em Políticas Públicas (UFMA). E-mail: franklin.ufma@gmail.com

⁵ Mestre em Economia Rural (UFPB). E-mail: rosar2@uol.com.br

FAGULHAS QUE NÃO SE APAGAM: legado da Revolução Russa de 1917 para as políticas públicas no ocidente.

Franklin Douglas

Resumo

Reflexão sobre a questão social e sua emergência a partir da entrada do proletariado como sujeito político, após a Revolução Russa de Outubro de 1917. Expõe sobre a influência desse processo na constituição, ascensão e fim do *Welfare State* e a regulação social tardia no Brasil. A partir de revisão bibliográfica na temática, elabora sobre o legado deixado pela Revolução Russa e projeta acertos e erros que devem ser considerados na construção de uma nova ordem societária.

Palavras-chave: Questão social. Revolução russa. Estado de Bem-Estar Social.

Abstract

Reflection on the social issue and its emergence from the entrance of the proletariat as a political subject, after the Russian Revolution of October of 1917. It exposes on the influence of this process in the constitution, ascent and the end of Welfare State in the western world and late social regulation in Brazil. From a bibliographic review on the subject, elaborates on the legacy left by the Russian Revolution and projects hits and errors that must be considered in the construction of a new social order.

Keywords: Social issue. Russian revolution. Welfare state.

1 INTRODUÇÃO

Neste texto, ensaiamos uma reflexão sobre a importância da experiência da Revolução Russa de 1917 para construção das políticas públicas no ocidente. Partimos da problematização da categoria questão social. Esmiuçamos sua emergência, sintetizamos suas características, apresentamos a contribuição de vários autores sobre a compreensão da questão social.

Percorremos esse caminho para a abordagem do tema por entendermos que a questão social está imbricada tanto com a Revolução de Outubro de 1917, pela qual, de fato, a questão social toma dimensão política, quanto está vinculada às políticas públicas, qualquer que seja ela, por se constituir como a matéria-prima da elaboração delas. Assim,

recuperamos desde as referências feitas por Marx e Engels, passando pela Igreja Católica, até autores que destacaram particularidades da questão social, como Hannah Arendt, Robert Castel, e pesquisadores brasileiros de renome na reflexão da temática, como José Paulo Netto, Josefa Batista Lopes e Marilda Iamamoto, dentre outros autores que se debruçaram sobre o Estado de Bem Estar, como Marta Arretche, Aldaísa Spozati, etc. Para a reflexão crítica acerca da experiência soviética, apoiamos-nos nos escritos políticos de Antonio Gramsci e nas reflexões da Revista Verinotio, de número 23, sobre os “100 anos da Revolução Russa” e nos textos sobre a Revolução Russa integrantes do livro “Revoluções”, organizado por Michel Löwy.

Assim, esperamos dar cabo à reflexão proposta para este recorte sobre a relação entre as políticas do *welfare state* e sua relação com a ascensão da classe trabalhadora como sujeito ativo da elaboração das políticas públicas a partir da Revolução Russa, dentro da Mesa Temática Coordenada “**O legado da Revolução Russa para as políticas públicas**”, proposta pelo Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais (OPPLS), nesta VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Tendo como trilha o pressuposto de que a Revolução de Outubro de 1917 é marco referencial para o que se terá de políticas públicas, de proteção social e demais, no ocidente. Há um antes e um depois dela, indubitavelmente.

2 A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO SOCIAL E SUA INFLUÊNCIA NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NO MUNDO OCIDENTAL, A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA DE 1917

“A expressão ‘questão social’ não é semanticamente unívoca; ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas” (NETTO, 2004, p. 41). Em ENGELS (1857), por exemplo, ao demonstrar com firmeza e clareza as facetas da questão social na Rússia do fim do século XIX, em sua resposta a Tkachov, é possível identificarmos questão social com miséria, quando expõe que “*los campesinos [rusos] en su masa se ven en una situación de extraordinaria miseria y absolutamente insoportable*” (ENGELS, 2003, p. 2). Foram múltiplos e de diferentes posições ideológicas, os autores que, concomitante a Engels, utilizaram-se do termo questão social para dar conta do fenômeno pauperismo, aparecido na Inglaterra, no final do século XIX, fruto da primeira onda industrializante na Europa Ocidental (NETTO, 2004)⁶.

⁶ Segundo CASTEL (1998, p. 317), a expressão aparece pela primeira vez após a revolta dos *canuts* de Lyon num jornal legitimista, *La Quotidienne*, no dia 28 de novembro de 1831.

De onde vêm tantos pobres? Era a questão levantada por uma quantidade de panfletos que crescia no decorrer do século [XVIII] [...]

De modo geral [...], prevalecia a impressão de que o pauperismo era visto como um fenômeno *sui generis*, uma doença social provocada por uma série de razões cuja maior parte se ativou apenas porque a Poor Law falhou na aplicação do remédio certo. (POLANYI, 2000, p. 113-114).

Karl Polanyi dá a resposta a este enigma: “o agravamento do pauperismo se devia ao que hoje chamaríamos desemprego invisível. Tal fato não poderia ser aparente numa época em que até mesmo o emprego, no geral, era invisível” (POLANYI, 2000, p. 114). Aqui, Polanyi nos deixa evidente os rumos que tomaria a reflexão – dos pensadores do século XVIII – sobre a questão social: pauperismo e progresso eram inevitáveis. A compreensão da questão social estava delimitada sob duas expressões gritantes da problemática social: a pobreza e o desemprego.

O problema da pobreza se concentrava em torno de dois termos estreitamente relacionados: pauperismo e economia política. Embora abordemos separadamente o impacto de ambos sobre a consciência moderna, eles formaram parte de um todo indivisível: a descoberta da sociedade. (POLANYI, 2000, p. 128).

Algo que Hannah Arendt, em seu texto “A questão social” (capítulo II de seu livro “Da Revolução”), interpreta sob a seguinte percepção:

A realidade que corresponde a essa imaginária moderna é aquilo que, desde o século XVIII, veio a ser chamado de questão social, e que poderíamos, melhor e mais simplesmente, denominar de a existência da pobreza. Pobreza é mais que privação, é um estado de constante carência e aguda miséria [...]. Foi sob o ditame dessa necessidade que a multidão acudiu ao apelo da Revolução Francesa. (ARENDR, 1990, p. 48).

Se pauperismo e progresso eram inevitáveis, e até resultaram numa revolução em 1789, de fato, parecia estar dada a descoberta da sociedade, como escreve Polanyi. Marx e Engels, no entanto, trazem outra compreensão. No “Manifesto Comunista” – escrito entre o final de 1847 e o início de 1848 –, compreendem como, na verdade, a descoberta não da sociedade, mas de **uma** sociedade: “a moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, mas não aboliu as contradições de classe” (MARX, ENGELS, 1998, p. 8). O “Manifesto do Partido Comunista” fora encomendado aos autores pela Liga dos Comunistas (antes denominada Liga dos Justos). Já nas suas primeiras linhas – “um espectro ronda a Europa: o espectro do comunismo [...] todas as potências da velha Europa se uniram em uma santa campanha difamatória contra ele: o papa e o czar...” – expressa uma visão completamente oposta à que seria dada pela Igreja católica à questão social. Para a Igreja, em sua “Rerum Novarum - sobre a condição dos operários”:

Os socialistas [...] instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem [...] O erro capital na questão presente é crer que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente... (IGREJA CATÓLICA, 1891).

Dois textos com elaborações completamente antagônicas sobre a mesma realidade. Como corretamente aponta ARENDT (1990) – ainda que discordante da tese marxista⁷:

A transformação da questão social numa força política, efetuada por Marx, está contida no termo *exploração*, isto é, na noção de que a pobreza é a consequência da exploração por uma “classe dominante”, que detém a posse dos meios de violência. (ARENDR, 1990, p. 49).

Essa tradição analítica deixada por Karl Marx e Friedrich Engels demarcou o campo de compreensão da questão social: miséria, pobreza, exploração, desigualdade social, engendradas pela disputa capital x trabalho. Anota José Paulo Netto:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” [...] A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo.
A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital. (NETTO, 2004, p. 45-46).

Em seu texto “A questão social no capitalismo”, Marilda Villela Iamamoto (2004, p. 11) enfatiza a questão social como indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre as classes trabalhadoras, inerente às formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa. A autora associa-se à compreensão marxiana onde pensar o trabalho e a questão social supõe dar conta da historicidade da sociedade capitalista. Disto decorre uma dupla característica que a particulariza: (a) a mercadoria é o caráter predominante e determinante dos produtos; e (b) a mais-valia é a determinante da produção (IAMAMOTO, 2004, p. 13).

É correto IAMAMOTO (2004, p. 14) identificar que (i) o progresso da acumulação traz consigo uma (ii) mudança na composição técnica e de valor do capital, que (iii) reduz relativamente o capital variável – empregado na força de trabalho – e aumenta o capital constante, empregado nos meios materiais de produção. O que implica uma (iv) redução do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias e, conseqüentemente, (v) aumento do tempo de trabalho excedente ou mais-valia. Desta

⁷ De acordo AGUIAR (2004), “Arendt argumenta que a assunção da questão social como justificativa e critério revolucionário provocou a corrupção e levou à decadência quase todos os movimentos revolucionários modernos”.

forma, “o trabalhador produz mais em menos tempo” e, assim, contribui para (1) a acelerar a produtividade do trabalho e (2) ampliar a taxa de lucratividade. Ocorre que, no outro lado da moeda, a concentração e a centralização de capitais decorrentes desse processo leva a ampliar a produção concomitantemente ao decréscimo relativo de capital variável que

[...] aparece inversamente como crescimento absoluto da população trabalhadora, mais rápido que os meios de sua ocupação. Assim, o processo de acumulação produz uma população relativamente supérflua e subsidiária às necessidades médias de seu aproveitamento pelo capital [...] (IAMAMOTO, 2004, p. 14).

Em síntese: a acumulação da miséria relativa à acumulação do capital é a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista. A questão social tem sua gênese na propriedade privada, fundadora da lógica do sistema do capital. Lógica esta que traz consigo a contradição fundamental entre capital (que apropria privadamente a riqueza coletiva produzida pelo) trabalho e que, uma vez politizada e trazida a público, expressa-se pela questão social em diversas manifestações. Ela já estava presente, como bem percebeu Jean Jacques Rousseau – em seu “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” –, quando “o primeiro que, tendo cercado um terreno, arriscou-se a dizer: ‘isso é meu’, [...] encontrou pessoas bastante simples para acreditar nele” (ROUSSEAU, 1989, p. 84). Rousseau, pioneiramente, desvenda aqui as raízes da propriedade, como comenta Jean-François Braunstein:

[comentário 95] Como no início da primeira parte (p. 52), Rousseau faz uma representação figurada da tese essencial da segunda parte. Mas logo completa seu grito de revolta ao anunciar uma análise, que vai mostrar a necessidade do aparecimento da ideia de propriedade, resultado de uma lenta evolução. A observação de Voltaire, na margem de seu exemplar, mostra bem o caráter revolucionário do pensamento de Rousseau: “eis a filosofia de um miserável que gostaria que os ricos fossem roubados pelos pobres.” (BRAUNSTEIN in ROUSSEAU, 1989, p. 84).

Como observa José Paulo Netto, “para os mais lúcidos observadores da época, independente da sua posição ideo-política, tornou-se claro que se tratava de um fenômeno novo, sem precedentes na história anterior conhecida” (NETTO, 2004, p. 42). De fato, tratava-se de algo inédito em sua expressão:

Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiqüíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava (NETTO, 2004, p. 42).

E demarca o autor a diferenciação determinante: “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentamos a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2004, p. 42). A pobreza é a ponta do *iceberg* da questão social!

ENGELS (2003) já trabalhou bem esta compreensão ao analisar a questão social russa:

Es indudable que Rusia se encuentra en vísperas de una revolución. Sus asuntos financieros se hallan en el más completo desbarajuste. La prensa de los impuestos ya no ayuda, los intereses de las viejas deudas públicas se pagan recurriendo a nuevos empréstitos, y cada nuevo empréstito tropieza con mayores dificultades; únicamente se puede conseguir dinero pretextando que se va a construir más ferrocarriles! Hace ya mucho que la administración está corrompida hasta la médula; los funcionarios viven más del robo, de su venalidad y de la concusión que de su paga. La producción agrícola — la más importante en Rusia — se halla en pleno desorden debido al rescate de la prestación personal en 1861; a los grandes terratenientes les falta mano de obra; a los campesinos les falta tierra, los impuestos los tienen agobiados y los usureros los despluman; la agricultura rinde menos cada año. [...].

Aquí se dan todas las condiciones para una revolución; esta revolución la iniciarán las clases superiores de la capital, incluso, quizá, el propio Gobierno, pero los campesinos la desarrollarán, sacándola rápidamente del marco de su primera fase, de la fase constitucional: esta revolución tendrá gran importancia para toda Europa aunque sólo sea porque destruirá de un solo golpe la última y aún intacta reserva de la reacción europea. (ENGELS, 2003, p. 7).

A pobreza, após as condições políticas, teóricas e históricas do fim do século XIX, emergiu como dimensão mais evidente da questão social, inclusive, evidenciando o surgimento do novo sujeito político “portador de uma hipótese revolucionária de *modo de produção e da sociedade*, inspirada no socialismo”. (INEGRAO e ROSSANDA, 1995, p.11 apud LOPES, 2000, p. 4). Observemos aqui que

A *questão social* não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção que geram desigualdades, pobreza, desemprego e necessidades sociais – mas, de **embate político**, determinado por essas contradições. (PEREIRA, 2004, p. 54, grifo nosso).

Reforça Potyara Pereira essa dimensão de maior dialeticidade que ela introduz ao debate ao considerar a questão social como **resultante do embate político propiciado pela contradição entre as classes**. Neste sentido, embora nos sejam evidentes “as metamorfoses da questão social” de um modo de produção a outro, não nos parece plausível a explicação que estas se deem pela “crônica do salário”, como nos propõe Robert Castel (1998). Como bem sintetiza Alejandra Pastorini (2004),

Partindo da idéia de que a ‘questão social’ foi se redefinindo e metamorfoseando com o passar do tempo, ele se interessa em analisar o que há de diferente e de comum nas heterogêneas situações de vulnerabilidade social, desde o século XIV até chegar à sociedade do século XX. Para tanto realiza uma exaustiva análise do processo de desconversão da sociedade feudal, iniciando seu estudo pela sociedade cadastrada, passando pela indigna condição do assalariado até chegar à

modernidade liberal. A partir daí Castel concentrará sua atenção na sociedade salarial e no surgimento do pauperismo entendido com um estado novo (tanto pelas causas quanto por seu caráter) gerado, não pela falta de trabalho, mas pela nova organização do próprio trabalho. Segundo o autor, na sociedade salarial há três situações diferentes que indicam formas de cristalização das relações de trabalho na sociedade industrial, a saber: a condição proletária, a condição operária e, finalmente, a condição salarial. (PASTORINI, 2004, p. 62).⁸

Ainda que dê uma relevante contribuição para os estudos da questão social enquanto categoria, ao centrar sua análise na caracterização da condição do sujeito (condição proletária, operária e salarial), Robert Castel passa ao lado da análise das condições sociais, econômicas, políticas e históricas que caracterizam e propiciam a emergência desse sujeito – a partir de sua posição no sistema de produção e reprodução da sociedade em que vive. Condições essas que determinam as contradições que farão esse sujeito assumir o papel histórico de superação (ou não) do sistema. Sem essa ótica, não é possível compreender o papel desse sujeito como catalisador (ou não) do processo que leva à metamorfose da questão social, a qual Castel busca desvendar.

Da mesma forma é insustentável, diante de uma análise mais apurada, que na contemporaneidade (1) “inexista” a questão social ou de que (2) haja uma “nova questão social”. Quanto à primeira, não há como pensar a sociedade sem sujeitos em movimento. Ainda que os sujeitos das classes dominadas estejam subalternizados, em completa defensiva, sua situação está apenas submersa ou silenciada pelo outro.

Dessa forma, apesar de existirem problemas cujos impactos negativos sobre a humanidade são evidentes, eles ainda **não foram decisivamente problematizados e transformados em questões explícitas**; isto é, ainda não foram alvo de correlações de forças estratégicas, a ponto de abalarem a hegemonia da ordem dominante e permitirem a imposição de um projeto contra-hegemônico. (PEREIRA, 2004, p. 53, grifo nosso).

A questão social não está ausente quando não está expressa, manifesta! Pode estar latente, dada a posição desigual das classes subalternizadas no embate político quando da transformação das necessidades sociais em questões (PEREIRA, 2004, p. 51). Ouçamos o alerta de Domenico Losurdo: “a negação da questão social é ainda mais radical no publicismo neoliberal dos nossos dias.” (LOSURDO, 1998, p. 208). Quanto à segunda: “inexiste qualquer ‘nova questão social’. O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações ‘tradicionais’ da ‘questão social’, a emergência de novas expressões da ‘questão social’ [...]” (NETTO, 2004, p. 48).

Foi sob esse capitalismo liberal burguês que emergiu o seu contraponto, o espectro comunista que rondou a Europa a partir do início do século XX. Ele e a depressão

⁸ Sobre “condição proletária”, “condição operária” e “condição salarial”, trabalhadas por Robert Castel, ver Primeira Parte – Capítulo VII – A sociedade salarial (p. 415-478), do livro do autor, “As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário”, Editora Vozes.

econômica de 1929 é que viabilizarão o retorno dos postulados em torno da concepção de seguridade social, inaugurada na Grã-Bretanha por Willian Beveridge através do Plano Beveridge sobre Seguro Social e Serviços Afins, de 1942, mas que “extrapolou as fronteiras britânicas e foi inspirar reformas realizadas nos principais países capitalistas após a Segunda Guerra Mundial, antecipando os princípios da constituição do *Welfare State*” (PEREIRA, 2007, p. 110). A partir do *welfare state* de Keynes, posto em implantação sob os “30 anos gloriosos”⁹ do capitalismo nos países avançados,

Os mínimos sociais passaram a ter uma conotação mais alargada, incluindo, além de políticas de manutenção de renda – geralmente sob a forma de uma rede de segurança impeditiva do resvala de cidadãos social e economicamente vulneráveis para baixo de uma linha de pobreza legitimada pela sociedade –, outros mecanismos adicionais de proteção social, como: serviços sociais universais (saúde e educação, por exemplo), proteção ao trabalho (em apoio ao pleno emprego) e garantia do direito ao acesso a esses bens e serviços e ao seu usufruto). Esta foi a fase de ouro das políticas de proteção social (...) (PEREIRA, 2007, p. 112-13).

O *welfare state* é, portanto, fruto da Revolução Industrial, da busca do capitalismo por sua legitimação social e, também, do acordo entre as forças do Capital e do Trabalho dos países que se colocavam distantes do bloco socialista, constituído a partir da Revolução Russa de 1917 (ARRETCHE, 1995).

O paradigma keynesiano que só entrará em declínio após nova crise do capitalismo, nos fins dos anos 1970, decadência do socialismo real com a queda do Muro de Berlim, a *Perestroika* e a *Glasnost* russas de Gorbachev¹⁰, nos fins dos anos 1980, e ascensão das teses neoliberais com Ronald Reagan e Margaret Thatcher¹¹, que se disseminaram mundo a fora ao longo dos anos 1990.

É esse “desmanche social” do Estado de Bem-Estar, retomando Spozati (2002), que não tivemos no Brasil, posto que sequer o vimos constituído por aqui.

Ao contrário de um “desmanche social”, nestes países marcados pela violação de direitos humanos e sociais até os anos setenta, vai ocorrer sim, a construção de um novo modelo de regulação social que vincula democracia e cidadania e é descentrado da noção de pleno emprego ou de garantia de trabalho formal a todos. Este modelo de regulação social se afasta da universalização dos direitos trabalhistas e se aproxima da conquista de direitos humanos ainda que de modo incipiente (SPOZATI, 2002, p. 01).

⁹ Denomina-se de “30 anos gloriosos” a idade de ouro do capitalismo, período de vigoroso desenvolvimento econômico do sistema, entre os anos de 1945 até a crise do petróleo, em 1973.

¹⁰ “Perestroika” (reestruturação – no âmbito da economia) e “glasnost” (abertura – no âmbito da política) foram ações implementadas por Mikhail Gorbachev para a tentativa de revigorar o sistema econômico e político soviético no período em que governou a antiga União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS), de 1985 até 1991.

¹¹ Ronald Reagan governou os Estados Unidos de 1981 a 1989 e Margaret Thatcher foi a primeira-ministra britânica de 1979 a 1990. Ambos tornaram-se ícones das teses neoliberais que Estados Unidos e Inglaterra impuseram ao restante do mundo.

Contraditoriamente, nossa experiência de **regulação social tardia**¹² firma uma concepção de sistema de proteção social na Constituição de 1988, concedendo uma seguridade social que abarca saúde, previdência e assistência social, com mínimos sociais independente de contribuição ao sistema – a exemplo da previdência rural, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) –, indo na contramão da onda neoliberal em curso na Europa e grande parte da América Latina.

Nesse breve resgate histórico da emergência da questão social, temos claro, então, que a Revolução de Outubro de 1917 é o ponto de referência, indubitavelmente. Com ela, tivemos o rompimento do “domínio privado nas relações entre capital x trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública (...)”. (IAMAMOTO, 2004, p. 17). Dessa forma, o principal legado trazido pela Revolução Russa às políticas públicas trata-se do fato de colocar no cenário um ator político novo, agora sujeito das políticas públicas, e não apenas o seu objeto e à revelia de sua opinião.

A Revolução Russa de 1917 tem seus antecedentes na Revolução Russa de 1905: “as derrotas militares das classes dominantes favorecem naturalmente as insurreições das classes dominadas” (ACHCAR, 2009, p. 71). Contudo, a insurreição popular é combatida com um banho de sangue, o “domingo vermelho”, em 9 de janeiro de 1905, pelo czar Nicolau II, que repete a dura repressão à greve geral conduzida pelo soviete de operários têxteis, na região de Moscou, em 16 de junho de 1905. E, uma vez mais, em novembro desse ano, quando os sovietes de Moscou e São Petersburgo, com a presença de soldados rebelados, marujos, camponeses e operários mobilizam nova rebelião popular.

“A repressão à insurreição de Moscou fez ao todo quase um milhão de mortos e vários milhares de feridos entre os insurgentes e população” (ACHCAR, 2009, p. 80). O essencial da Revolução de 1905 termina em dezembro, com prisão ou deportação de líderes dos sovietes, como Trotsky, Parvus e Lev Deustch. A Revolução de 1905, “apesar de abortada, deixou uma marca indelével na consciência de muitos: a da legitimidade do combate contra o regime czarista execrado. É por isso que aparecerá retrospectivamente como um ‘ensaio geral’” (ACHCAR, 2009, p. 81).

Ecos de 1905 repercutirão em 1917! A queda do regime dos czares, em fevereiro, e a tomada do Palácio de Inverso, oito meses depois, revelam bem isso.

[...] assembleias de massa em Petrogrado – o soviete dos soldados na Duma, o congresso dos camponeses ao receber uma delegação de soldados vinda do *front*, na Casa do Povo, ou ainda uma reunião de soldados e marinheiros na grande sala de Catarina – são um testemunho da efervescência da sociedade da sociedade civil

¹² Spozati (2002, p. 02) caracteriza países com regulação social tardia aqueles “nos quais os direitos sociais foram legalmente reconhecidos no último quartel do século XX e cujo reconhecimento legal não significa que estejam sendo efetivados, isto é, podem continuar a ser direitos de papel que não passam nem pelas institucionalidades, nem pelos orçamentos públicos.

ao longo desse ano extraordinário. Revelam o aprendizado da democracia, no fogo da ação, por operários e camponeses que, livres em um só golpe de um jugo social e político esmagador, descobrem-se **sujeitos da história**. (HOUZEL, TRAVERSO, 2009, p. 81).

Outubro de 1917 foi exatamente o “momento breve, mas carregado de sentido, quando os humildes e os oprimidos têm, enfim, direito à palavra, e esse momento redime séculos de opressão” (DEUTSCHER apud HOUZEL, TRAVERSO, 2009, p. 119). A Revolução Russa, mais do que um fenômeno de poder, foi um fenômeno de costumes: mais do que um fato revolucionário, foi um fato moral, e mais do que um ato, **foi um ato proletário**, examina historicamente Gramsci (2004). “A Revolução Russa destruiu o autoritarismo e o substituiu pelo sufrágio universal, estendendo-o também às mulheres. Substituiu autoritarismo pela liberdade, substituiu a constituição pela livre voz da consciência universal” (GRAMSCI, 2004, p. 101). Instaurou uma nova consciência moral!

E foi essa consciência que possibilitou a emergência desse novo sujeito, “homem-ativo”, não “homem-massa”, como diz Gramsci, que passou a estar no palco das decisões acerca das políticas públicas. Esse é o principal legado da Revolução de Outubro de 1917 para as políticas públicas no ocidente. As políticas públicas têm um antes e um depois da Revolução Russa. Tanto que a derroca da experiência real do socialismo traz consigo justamente a postulação de teses neoliberais que procuram restabelecer os termos das políticas públicas anteriores à Revolução soviética, pelo simples fato de, não mais existindo, deixou de ser alternativa a seduzir expectativas, corações e mentes do proletariado mundial. Não se precisa mais de um *welfare state* para ludibriar a classe trabalhadora a não aderir à ideia de que os homens sejam artífices de seus destinos (GRAMSCI, 2004).

É certo que, passados 100 anos, não se pode, evidente, deixar de tecer uma crítica à experiência, sobretudo, frente a sua derrocada concreta. E a crítica que parece mais justa é que aduz o limite dado à Revolução de Outubro quando se isolou do mundo, pensando ser possível o socialismo num país só, e, em decorrência, a incapacidade de, frente à complexidade que é construir uma sociedade comunista, que é tão ou mais complexa ainda que a sociedade burguesa que ela busca superar, é não ter dado a especial atenção à criação de organismos capazes de desenvolver a própria revolução e sua maximização pela democracia, pela participação, pela superação de qualquer totalitarismo. Isto porque, aponta corretamente Gramsci:

1) a revolução não é necessariamente proletária e comunista quando se propõe e consegue derrubar o governo político do Estado burguês; 2) não é proletária e comunista nem mesmo quando propõe e consegue aniquilar as instituições representativas e a máquina administrativa através das quais o governo central exerce o poder político da burguesia; 3) tampouco é proletária e comunista quando a

vaga da insurreição popular põe o poder nas mãos de pessoas que se digam (e sejam sinceramente) comunistas. A revolução é proletária e comunista somente quando é liberação de forças produtivas proletárias e comunistas que se vinham elaborando no próprio seio da sociedade dominada pela classe capitalista; só é proletária e comunista na medida em que consegue favorecer e promover a expansão e a organização de forças proletárias e comunistas capazes de iniciar o trabalho paciente e metódico necessário para construir uma nova ordem nas relações de produção e de distribuição, uma ordem na qual se torne impossível a existência da sociedade dividida em classes e cujo desenvolvimento sistemático, por isso, tenda a coincidir com um processo de esgotamento do poder de Estado, de dissolução sistemática da organização política de defesa da classe proletária, que se dissolve como classe para se tornar humanidade (GRAMSCI, 2004, p. 377-378).

Pelo que foi, em seus primeiros anos, sob a liderança de Lênin, e pelo que deixou de ser, da metade de sua existência, sob o comando de Stálin, até os seus últimos dias, pelas mãos de Gorbachev, a Revolução Russa de 1917 é o referencial da construção/desconstrução das políticas públicas no mundo. Eis o seu grande legado!

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a Revolução Russa, a melhor posição é a equidistante tanto do mito negativo, quando da mistificação desarvorada. É perceber que, concretamente, ela jamais se configurou como superação da sociabilidade do capital (VERINOTIO, 2017), sobretudo se bem compreendermos que capital e capitalismo são coisas distintas, que é possível desenvolver capital industrial, sem capitalismo. Foi o que tivemos na União Soviética. Então, essa crítica é necessária, para não se repetir os erros históricos que levaram a experiência à debacle. Os quais: (i) não concluir a construção de uma sociabilidade emancipada da lógica do capital; (ii) confundir superação da propriedade privada com apropriação coletiva da propriedade, e não apropriação social da propriedade; (iii) acreditar que o fim da revolução é a afirmação de uma classe, e não a afirmação universal do homem; e (iv) confundir socialismo com estatismo, com estatização da economia (ASSUNÇÃO, 2017).

A questão social, então, é tema que deve ser refletido nos marcos não só do contexto e da classe que, em cena, possibilitou que a questão social pudesse ser vislumbrada, mas também no cenário das sociedades pós-capitalistas. Essa é uma reflexão que temos como legado da experiência da Revolução de 1917 e que não podemos nos furtar de encarar, ainda mais que pretendemos debater, elaborar e construir políticas públicas que não sejam apenas funcionais à manutenção da ordem do capital, ainda que em experiências pós-capitalistas. Essa é a reflexão crítica necessária para mantermos acesa a fagulha da esperança de que ainda podemos criar uma ordem social nova.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Odílio Alves. A questão social em Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 27, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732004000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 Mar 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0101-31732004000200001

ACHCAR, Gilbert. 1905: a Revolução Russa. In: **Revoluções**. Michel Löwy (org). São Paulo: Boitempo, 2009.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira. Apresentação de Excertos sobre revolução, individuação de J. Chasin. In: **Verinotio** – Revista On Line de Filosofia e Ciências Humanas (UFF). Ano XII. Nº 23, Vol I – abr. 2017. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.18961498531477058.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

ARENDT, Hannah. **Da revolução**. Tradução de Fernando Dídimo Vieira, 2 ed – Brasília: Editora UNB, 1990.

ARRETICHE, Marta T. S. **Emergência e desenvolvimento do Welfare State**. BIB (Boletim Informativo e Bibliografia de Ciências Sociais), nº 39, 1995, disponível em: http://xa.yimg.com/kq/groups/25228238/608444617/name/Arretiche_1996_BIB.pdf

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHESSAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

ENGELS, Friedrich. **Acerca de la cuestion social en rusia**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/m-e/1890s/1894rusia.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Vol. 1 (1910-1920). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HOUZEL, Rebecca. TRAVERSO, Enzo. 1917: a Revolução Russa. In: **Revoluções**. Michel Löwy (org). São Paulo: Boitempo, 2009.

IGREJA CATÓLICA. **Rerum Novarum** (1891). Disponível Em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html>. Acesso em 10 mar. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Questão Social no Capitalismo**. In: Revista Temporalis. Brasília. Ano III, nº 03, ABEPSS, 2ª ed, Graflina, 2004.

LOPES, Josefa Batista. **Questão social e políticas sociais**: respostas do Estado e da sociedade civil. In: Congresso Internacional de Políticas Sociais para um novo século. 2000, Chile. Mimeo.

LOSURDO, Domenico. **Hegel, Marx e a tradição liberal**: liberdade, igualdade, estado. Tradução de Carlos Alberto Fernando Nicola Dastoli. São Paulo: Editora UNESP, 1998.



MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. Carlos Nelson Coutinho... [et al.]. **O manifesto comunista 150 anos depois**; Daniel Aarão Reis Filho (organizador). Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: Revista Temporalis. Brasília. Ano III, nº 03, ABEPSS, 2ª ed, Graflin, 2004.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo, Cortez, 2004 (Coleção Questões de Nossa Época; v. 109).

PEREIRA, Potyara A. P. **Questão social, serviço social e direitos da cidadania**. In: Revista Temporalis. Brasília. Ano III, nº 03, ABEPSS, 2ª ed, Graflin, 2004.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel – 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000 – 10ª reimpressão.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução de Iracema Gomes Soares e Maria Cristina Roveri Nagle. Brasília: Editora UNB; São Paulo: Ática, 1989.

SPOSATI, Aldaíza. **Regulação social tardia**: características das políticas sociais latinoamericana na passagem entre o segundo e terceiro milênio. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0044509.pdf>.

TELLES, Vera da Silva. **Diretos sociais**: afina do que se trata?. Belo Horizonte: Editora UFMA, 1999.

COMPONENTES DOS MOVIMENTOS DE ACELERAÇÃO E DESACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NOS ANOS DOURADOS E NA SEGUNDA METADE DOS ANOS 1970

Orlando Oscar Rosar

Resumo

A análise que se apresenta tem o propósito de relacionar, historicamente, os componentes dos movimentos de aceleração e desaceleração do crescimento econômico, com destaque para o período denominado de anos dourados, nos quais foi predominante a intervenção do Estado, mediante um modelo de regulação, que ao mesmo tempo favorecia a acumulação de capital e o equilíbrio na relação entre capital e trabalho. O declínio desse processo na segunda metade dos anos 1970 faz emergir de modo mais explícito o conflito distributivo e social que não se explica a partir de fatores “exógenos”, pois está diretamente relacionado ao próprio movimento do capital nos países centrais e periféricos.

Palavras-chave: Trabalho, Capital, Acumulação e Crise.

Abstract

The analysis presented here has the purpose of relating, historically, the components of the acceleration and deceleration movements of economic growth, especially the period known as golden years, in which the intervention of the State was predominant, through a model of regulation, which at the same time favored capital accumulation and equilibrium in the relation between capital and labor. The decline of this process in the second half of the 1970s makes it appear more explicitly the distributive and social conflict that is not explained by "exogenous" factors, since it is directly related to the movement of capital itself in central and peripheral countries.

Keywords: Work. Capital. Accumulation. Crisis.

1 INTRODUÇÃO

Os chamados “Anos Dourados” são marcados pelo crescimento de tipo fordista, baseado numa produção e num consumo de massa. Nesses anos do pós-guerra, verificou-se a generalização da divisão taylorista do trabalho, sobretudo nos países da Europa.

A generalização do taylorismo, com produção em cadeia, permitiu elevar a produtividade, ofertando de bens standardizados em grandes séries, principalmente nos países do velho continente.

O crescimento da produtividade possibilitou a elevação dos lucros, o que estimulava novos investimentos, ao passo que o preço dos bens caíam em termos reais. A expansão da atividade econômica com forte demanda por força de trabalho possibilitou a elevação dos salários, embora a composição orgânica do capital se elevasse, sobretudo se comparada à composição vigente na Europa do entre guerras.

A elevação dos níveis salariais sem comprometer a acumulação de capital (lucros), permitiu a constituição de um mercado de consumo de massas, que foi a condição imprescindível para o funcionamento do sistema, uma vez que a rentabilidade só poderia ser assegurada quando e enquanto os mercados fossem amplos o suficiente para justificar a referida produção. Foi a fase em que se ampliou o consumo de bens duráveis nos diferentes estratos da população.

Na verdade, a regulação do tipo fordista estava ancorada na manutenção de um forte crescimento da produtividade, condição necessária para a expansão da demanda sem impactos negativos sobre a taxa de lucro. Por outro lado, a forte intervenção do Estado, quer como Estado providência, quer como planejador ou indutor de acordos entre parceiros sociais no pós-guerra, propiciou o crescimento contínuo da demanda, que era condição indispensável desse modo de regulação.

A padrão fordista entrou em crise quando não se vislumbraram novas possibilidades de acréscimos importantes de produtividade, ocorrendo a saturação dos mercados nos países industrializados, uma vez que as diferentes categorias sociais tiveram acesso a bens aos quais se aplicavam facilmente tais métodos de produção. Tornou-se cada vez mais difícil alargar o campo de aplicação do fordismo a novos setores que fossem capazes de prolongar o crescimento da produtividade. Além disto, a demanda passou a ser cada vez mais uma demanda por renovação e não de primeira aquisição, o que fez com que houvesse flutuações muito grandes na procura, exigindo maior flexibilidade nas quantidades produzidas, não facilmente compatível com a típica cadeia contínua dos anos do auge da era de ouro.

Por outro lado, a diminuição do ritmo de crescimento da produtividade, aliada à possibilidade de aumento de salários, devido à expansão da atividade econômica e da política social deliberada de atender às reivindicações dos trabalhadores, como forma de conter o avanço dos Partidos Comunistas, e, conseqüentemente a expansão política soviética, revelaram-se como sérias restrições ao processo de acumulação.

Assim, o conflito distributivo e social, aliado ao esgotamento dos ganhos de produtividade ligados à inovação, são apontados como possíveis elementos explicativos da diminuição do ritmo de crescimento dos anos dourados.

2 CONFLITO DISTRIBUTIVO E SOCIAL

A era de ouro do capitalismo foi marcada por fortes investimentos, crescentemente poupadores de força de trabalho e intensivos em capital. No entanto, mesmo nos países industrializados, o número de trabalhadores se manteve e até mesmo aumentou. Segundo HOBBSAWM (1995: 262),

Em todos os países avançados, com exceção dos EUA, os reservatórios de mão-de-obra preenchidos durante a depressão pré-guerra e a desmobilização do pós-guerra se esvaziaram, novos contingentes de mão-de-obra foram atraídos da zona rural e da imigração estrangeira, e mulheres casadas, até então mantidas fora do mercado de trabalho, entraram nele em número crescente

Ainda segundo o autor, as pessoas eram vistas cada vez mais enquanto consumidores de mercadorias e não como produtoras, uma vez que o aumento da produtividade permitia progressivamente prescindir da força de trabalho. No entanto, a expansão da atividade econômica era de tal magnitude que tornava possível a absorção do contingente de trabalhadores ainda não empregados.

Além da forte expansão da atividade econômica, o retorno à política do *laissez-faire* estava fora da agenda, pois objetivos político-econômicos visando a contenção do avanço do comunismo e o pleno emprego, tiveram absoluta prioridade, o que justificou a maior presença do Estado na economia. Isto produziu o que para muitos foi designado de Economia Mista, que ao mesmo tempo facilitou o planejamento e a modernização econômica, aumentando enormemente a demanda.

Sobre esse período afirma HOBBSAWM (1995: 268),

Todos queriam um mundo de produção e comércio externo crescente, pleno emprego, industrialização e modernização, e estavam preparados para consegui-lo se necessário, por meio de um sistemático controle governamental e administração das economias mistas, e da cooperação com movimentos trabalhistas organizados, contanto que não fossem comunistas. A era de ouro do capitalismo teria sido impossível sem esse consenso de que a economia da empresa privada ("livre empresa" era o nome preferido) precisava ser salva de si mesma para sobreviver.

Cabe ressaltar que o grosso das atividades econômicas continuou centrado nos mercados internos, embora o comércio internacional tenha se expandido. Até mesmo os EUA que tinham se tornado em grande parte autossuficiente antes da segunda guerra,

quadruplicaram suas exportações para o resto do mundo entre 1950 e 1970, ao passo que se tornavam um grande importador de bens de consumo a partir do final dos anos 1950. No auge dessa era, os EUA exportavam apenas 8% de seu PIB.

O processo de transnacionalização de forma mais vigorosa somente se intensificou a partir da década 60. É a partir de então, que se consolida um sistema de atividades econômicas para os quais os territórios e Estados não constituem mais parte do esquema de operação, mas sim passam a constituir-se como fatores complicadores. No início dos anos 1970, a economia transnacional já tinha se tornado uma força efetiva em nível global e continuou a crescer nas décadas de crise após 1973. Segundo HOBSEBAWM (1995: 272) o surgimento da economia transnacionalizada criou, em grandes parte, os problemas dessas décadas.

Com a revolução nos meios de transporte e comunicação, foi possível dividir a produção de um único artigo em vários países. A linha de montagem deixava de operar-se em um único local, e espalhou-se pelo mundo. Plantas de fábricas foram montadas não só em países já industrializados, mas também em países periféricos, com mão-de-obra barata e, sobretudo, feminina e jovem. Era o novo artifício para fugir ao controle dos Estados.

Pode-se afirmar, que a fuga da indústria dos países centrais, com mão-de-obra mais cara e protegida para os países periféricos, apresentou-se como um movimento normal do capital na busca de valorização. O que se apresentava como incomum, era a combinação de crescimento econômico, numa economia baseada em consumo de massa com uma força de trabalho plenamente empregada, e crescentemente bem paga e protegida. Este, efetivamente, se constituiu em motivo para a transferência de parte do capital industrial para a periferia.

A combinação entre, crescimento e elevação dos salários, e demais conquistas trabalhistas, era uma construção política, que apoiava-se no consenso entre setores de direita e esquerda, com a eliminação da ultradireita (de cunho fascista e ultranacionalista) e a neutralização da extrema esquerda comunista, nos marcos da guerra fria. Essa combinação também estava baseada num certo consenso tácito ou explícito, entre o capital e organizações trabalhistas, para manter as reivindicações dos trabalhadores dentro de limites que não comprometessem os lucros futuros, que deveriam ser suficientes para justificar a continuidade, e ampliação dos investimentos, sem os quais, a brutal elevação da produtividade do trabalho não poderia ocorrer.

Para HOBSEBAWM (1995: 277),

“Tratava-se de um pacto aceitável para todos os lados. Os patrões, que pouco se incomodavam com altos salários num longo boom de altos lucros, apreciavam a previsibilidade que tornava mais fácil o planejamento. A mão-de-obra recebia salários que subiam regularmente e benefícios extras, e um Estado previdenciário

sempre mais abrangente e generoso. O governo conseguia estabilidade política, partidos comunistas fracos (exceto na Itália) e condições previsíveis para a administração macroeconômica que todos os Estados então praticavam. E as economias dos países capitalistas industrializados se deram esplendidamente bem, no mínimo porque pela primeira vez (fora dos EUA e talvez da Australásia) passava a existir uma economia de consumo de massa com base no pleno emprego e rendas reais em crescimento constante, escorada pela seguridade social, por sua vez paga pelas rendas públicas”.

No final da década de 1970 os estados capitalistas avançados haviam se tornado “Estados de Bem-estar”, que consumiam mais de 60% de seus orçamentos na seguridade social, com eram os casos da Austrália, Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália e Países Baixos. Os elevados gastos em seguridade iriam se revelar em problema com o fim da era de ouro.

O equilíbrio da era de ouro dependia da coordenação entre crescimento da produção e os ganhos que mantivessem os lucros estáveis. Por isso, a não ascensão contínua de produtividade e/ou um aumento desproporcional nos salários resultaram em desestabilização. Na verdade, essa “era” dependia do que não se verificou no entre guerras, ou seja, dependia do equilíbrio entre o crescimento da produção e a capacidade dos consumidores de comprá-la. Para tanto, se fazia necessário que os salários subissem com velocidade suficiente para manter o mercado ativo, mas não ao ponto de comprimir os lucros.

A questão que se colocava era como conter salário num período de demanda em excepcional crescimento? Enfim, o problema era como controlar a inflação, ou numa hipótese mais modesta, mantê-la em patamares aceitáveis que assegurassem o equilíbrio do Estado de Bem Estar. Na década de 60, sobretudo na sua segunda metade, a era de ouro já dava sinais de esgotamento, além do declínio da hegemonia americana, o sistema monetário com base no dólar iniciava um processo de desintegração. Os sinais de diminuição da produtividade já se evidenciavam, além do que, os reservatórios de mão-de-obra interna que fora continuamente absorvida durante o boom, chegara perto da exaustão.

Nos anos 1960, uma nova geração de trabalhadores, para a qual desemprego em massa, insegurança, e elevação abrupta de preços fazia parte da história, passou a ingressar no mercado de trabalho. Era uma geração, cujas expectativas tinham por base o pleno emprego e inflação sistematicamente baixa. Essa geração de trabalhadores acostumada ao pleno emprego, percebeu que os aumentos de salários negociados por seus sindicatos, eram na verdade bem menores do que poderiam obter do mercado. O que se observou a partir de então, foi um aprofundamento da luta de classes, com uma inflexão no sentido de superar a moderação e cooperação vigentes antes de 1968, entre empregados e empregadores.

Contraditoriamente, a rápida expansão da economia nos anos 1972-1973, apresentando índices de crescimento do PIB da ordem de 7,5% ao ano, nos países da OCDE, aliada a uma aceleração da inflação, com aumento dos ativos circulantes em nível mundial, além do elevado déficit americano, puseram em primeiro plano a crise da era de ouro, ficando secundarizados os próprios efeitos da luta de classe.

3 ESGOTAMENTO DOS GANHOS DE PRODUTIVIDADE LIGADOS À INOVAÇÃO

No imediato pós-guerra, assiste-se à consolidação da hegemonia norte-americana no cenário internacional. As necessidades de importação levaram europeus e japoneses a se voltarem para os EUA, visando obter bens de capital e de consumo, o que permitiu que o excedente comercial norte americano chegasse a 10 bilhões de dólares em 1947. Essas importações tiveram repercussões internas nos EUA, onde contribuíram não só para a reconversão da economia de guerra, mas também para a redução da taxa de desemprego.

No continente europeu, a destruição, miséria, frio, desemprego, fome, inflação e escassez de dólares, propiciavam o caldo de cultura necessários para ameaçar a ordem política então vigente. Além disso, os acontecimentos do Leste fortaleciam a posição soviética no continente, com o avanço dos partidos comunistas. É nesse contexto que a guerra fria se desenvolveu como decorrência da política externa norte-americana.

O ano de 1947 é o ano de ruptura, com os interesses da política norte-americana passando, então, a ser dominado pelo conflito Leste-Oeste, com a aprovação do Plano Marshall, destinado supostamente à reconstrução econômica do pós-guerra.

Os 25 a 30 anos que se seguiram ao plano assistem a uma crescente internacionalização da economia, com a Europa e o Japão voltando a ocupar papel central no jogo de alianças norte-americanas. No Plano econômico, verificou-se uma reestruturação industrial, comercial e financeira que envolvia os principais espaços nacionais de acumulação. Esse tipo de articulação, desembocou na perda progressiva da hegemonia econômica norte-americana em escala mundial.

Os EUA se despreocuparam com o potencial competitivo dos países europeus e do Japão, voltando sua atenção quase que exclusivamente para problemas de natureza geopolítica, em particular, com o fortalecimento da capacidade da Europa Ocidental de resistir ao avanço do comunismo.

Foram nesses anos que se delinearam os elementos estruturais da resposta interna dos países atingidos pela guerra, como: apoio do Estado à reconstrução, ainda que com recurso ao endividamento externo; rearticulação monopolista do capital industrial e

bancário, com adaptação das velhas estruturas locais aos padrões tecnológicos e de mercado da grande corporação norte americana; agressividade comercial, particularmente da Alemanha em direção ao resto da Europa, e do Japão em direção a Ásia e também aos Estados Unidos.

Na verdade gestaram-se condições para o crescimento europeu e japonês, em tamanho e poder competitivo, tendo por base, suas moedas desvalorizadas, baixos custos de força de trabalho, tecnologia atualizada proporcionada pelos EUA.

Na década de 1960, os padrões de industrialização eram bastante semelhantes em todos os países industrializados, com o setor de bens de consumo durável jogando o papel propulsor no desenvolvimento das indústrias metalomecânica e de apoio. Nos EUA, com uma economia mais madura, e o mercado consumidor apresentando crescimento meramente vegetativo, a única alavanca dinâmica passou a ser o setor da indústria bélica, que apesar de ter um desenvolvimento tecnológico elevado apresenta efeitos de encadeamento e empuxe interindustrial bastante limitados.

O que caracterizou a expansão do capitalismo na segunda metade da década de 1950 e dos anos 1960, foi a generalização dos padrões de produção e consumo norte-americanos nos demais países centrais, e também em alguns países da periferia semi-industrializada, que em contraste com a maturidade norte-americana, moviam-se com grande dinamismo.

A saída em direção à Europa por parte das empresas norte-americanas, representou tanto o potencial de acumulação em excesso, vis a vis as condições do mercado nacional norte-americano, quanto a atração que exerciam, em termos de perspectivas e maior dinamismo, os mercados europeus que se encontravam em processo de integração.

A expansão para fora, do subsistema de filiais, revelou-se benéfica ao dinamismo da economia nacional norte-americana, quer pelos circuitos de exportação entre matrizes e filiais, quanto pela demanda do resto do mundo sobre sua poderosa indústria agroalimentar.

Os EUA continuou a ser o único país a exportar com vantagens absolutas, produtos primários, produtos industriais e serviços, ao passo que seus dois principais concorrentes foram obrigados a concentrar-se na exportação de produtos manufaturados, com elevado conteúdo tecnológico, para aproveitar vantagens competitivas dinâmicas.

A concorrência europeia e japonesa após ter ganho a batalha comercial, enfrentou a do investimento direto externo, levando a uma ampliação de filiais pelo espaço econômico mundial, até então, sob controle norte-americano. Na verdade, desencadeou-se uma segunda onda de inversões nos países periféricos em processo de industrialização,

com a Alemanha quadruplicando seus investimentos no estrangeiro entre 1965-1970, passando de um fluxo de 2.199 para 8.648 milhões de marcos.

Na verdade, os EUA não atacaram o problema estrutural de sua economia, com a busca de novas frentes de expansão que pudessem descortinar novos horizontes de crescimento próprio e do resto do mundo, mas sim, buscou um ajuste monetário do balanço de pagamentos.

O auge do ciclo alcançado no início dos anos 1970, dava sinais de desaceleração, a partir da segunda metade de 1973. A desaceleração da produção e os desequilíbrios no comércio exterior, foram as manifestações mais claras do esgotamento do padrão de acumulação norte-americano, que se traduzia, sobretudo, pela queda do ritmo de acumulação industrial, com aumento da capacidade ociosa e desequilíbrios na capacidade de auto financiamento do setor industrial.

O que se verificou foi a elevação da relação capital produto, com desaceleração nos aumentos da produtividade do trabalho, e deterioração das relações de troca contra a indústria, em favor do setor primário em âmbito mundial; ocorria também a elevação dos salários, enquanto custo industrial, ao mesmo tempo que o poder de compra era reduzido.

No plano da concorrência intercapitalista, as oportunidades de investimento através da reação oligopolista, chegavam ao seu limite, provocando excesso de competição e capacidade ociosa da indústria de bens de capital. Além disso, a expansão do sistema de filiais nos marcos do controle hegemônico do sistema capitalista, parecia ter alcançado seu teto.

O crescimento, com base na generalização e adaptação dos padrões de produção e consumo norte-americanos, havia se esgotado. Na verdade, havia se esgotado um padrão tecnológico, sem que fosse possível continuar sua difusão pela concorrência, que já teria sido levada à exaustão, não havendo evidências fortes o suficiente para acreditar que nos próximos anos pudessem ocorrer uma nova revolução industrial.

O binômio (energia-transporte), sobre o qual estavam assentados os padrões industriais desde o século XIX, e sobre o qual se articulavam os interesses fundamentais do capitalismo, não poderia ser destruído sem que instabilizasse o sistema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comparando-se o conflito social e distributivo, com a perda dos ganhos de produtividade ligados à inovação, como explicações para a desaceleração do crescimento dos anos dourados, pode-se afirmar, que esse conflito parece estar longe de ameaçar a estabilidade do sistema, sobretudo se considerarmos a existência de enormes contingentes

de força de trabalho nos países periféricos e o processo de segmentação e simplificação do trabalho, que tanto liberava, quanto facilitava o ingresso de novos contingentes de trabalhadores no mercado.

Há que se considerar também, que nos países centrais, a abertura para imigração de força de trabalho oriunda do mundo subdesenvolvido não foi um expediente largamente utilizado, pois a mesma foi bastante restringida. Neste aspecto, não se pode superestimar a suposta falta de trabalhadores como elemento explicativo para elevação dos salários e estagnação dos anos 1970. A elevação dos custos remuneratórios, deve ser creditada sim, à diminuição dos ganhos de produtividade, decorrentes do esgotamento das inovações, que foram generalizados em nível mundial no pós-guerra.

A explicação para a interrupção do ritmo de acumulação deve ser buscada não em fatores “exógenos” à acumulação, mas nos fatores intrínsecos ao próprio movimento do capital, ou seja, se faz necessário reconhecer que o ciclo de inovações que se disseminou no pós-guerra encontrou limites, o que obrigou a uma diminuição no ritmo de crescimento em termos relativos.

REFERÊNCIAS

BOYER, Robert. **Tecnical Change and the Theory of “Regulation”**. In: DOSI, Giovanni (org.) **Tecnical Change and Economic Theory**, Pinter Publishers, London ,1988.

COUTINHO, Luciano G. **Percalços e Problemas da Economia Mundial Capitalista**. In: BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, Renata (orgs.) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**, vol. 1, Brasiliense, São Paulo, 1982.

COUTINHO, Luciano & BELLUZZO L. G. M. **Estado Sistema Financeiro e Forma de Manifestação da Crise: 1929-1974**. In: BELLUZZO, L.G.M. & COUTINHO, Renata (orgs.) **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**, vol. 1, Brasiliense, São Paulo, 1982.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

TEIXEIRA, Aloísio. **O Movimento de Industrialização nas Economias Capitalistas Centrais no Pós-Guerra**. Texto para Discussão no. 25, UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.

VAN DER WEE, Herman. **História Económica Mundial Del Siglo XX: prosperidad Y crisis reconstrucion, crecimiento e cambio, 1945-1980**, Crítica, Barcelona, 1986.

O LEGADO DA REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917 PARA A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL

Antonio Gonçalves Filho

Resumo

A Revolução Russa de 1917 estabeleceu um novo paradigma para os direitos humanos fundamentais, cujo princípio era a proteção coletiva em detrimento da proteção individual, dentre eles o direito à saúde. Do mesmo modo, foi um dos fatores determinantes para a implantação do Estado de Bem Estar Social no pós-segunda guerra mundial, fato que permitiu a implementação de políticas de caráter universal em vários países mundo afora. No Brasil, os ideários socialistas inspiraram muitas lideranças do movimento Reforma Sanitária que levou à criação do Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: Revolução Russa. Saúde. Sistema Único de Saúde.

Abstract

The Russian Revolution of 1917 established a new paradigm for fundamental human rights, whose principle was collective protection at the expense of individual protection, among them the right to health. In the same way, it was one of the determining factors for the establishment of the Welfare State in the post-Second World War, a fact that allowed the implementation of policies of universal character in several countries around the world. In Brazil, socialist ideas inspired many leaders of the Sanitary Reform movement that led to the creation of the Unified Health System.

Keywords: Russian Revolution, Health, Unified Health System.

1 INTRODUÇÃO

A análise da construção da política social é uma tarefa complexa dada a diversidade de perspectivas teóricas que têm sido utilizadas na abordagem desse tema. Torna-se, portanto, ainda mais desafiador inferir sobre a influência da revolução russa nas conquistas sociais da classe trabalhadora mundo afora e no Brasil, em particular.

A existência de políticas sociais, de um modo geral, é atribuída à constituição da sociedade burguesa e decorrente do modo de produção capitalista, porém constata-se que o estabelecimento da questão social nesse processo não vem dos seus primórdios, mas

dar-se ao mesmo tempo em que os trabalhadores assumem um papel político relevante e até revolucionário (BEHRING, 2006).

No Brasil, a demanda social por direitos ganhou força no final do século XIX e início do século XX, decorrente, dentre outros fatores importantes e estruturais, do processo de industrialização e do surgimento da classe operária brasileira. Greves e manifestações, influenciadas pela experiência sindical anarquista dos imigrantes europeus, contribuíram para conquistas futuras como a Previdência Social, marco na história da proteção social no Brasil, e o direito à sindicalização.

O atual Sistema de Seguridade Social brasileiro estabelecido pela Constituição Federal de 1988, composto pelas políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social, é, sem dúvida, fruto da luta de classes e tem como característica a primazia do Estado como garantidor de direitos aos trabalhadores. Em decorrência disso, tem sido alvo constante de alterações no contexto das contrarreformas neoliberais.

O presente artigo tem como objetivo investigar, ainda que parcialmente, as contribuições do processo revolucionário russo de 1917, a partir dos seus ideários e experiências concretas, na construção do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.

2 A INFLUÊNCIA DA REVOLUÇÃO RUSSA PARA A FORMULAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL

A Revolução Russa demonstrou para a classe trabalhadora do mundo inteiro que é possível romper com os fundamentos sociais e econômicos do capitalismo (LÖWY, 2007), podendo ser compreendida como a materialização da teoria revolucionária do “Manifesto Comunista” de Karl Marx e Friedrich Engels (MOTA, 2017). A chegada dos bolcheviques ao poder em outubro de 1917 buscou reforçar o poder do proletariado, através dos soviets, e atender as reivindicações mais imediatas das camadas populares. As suas primeiras medidas foram retirar a Rússia da guerra, distribuir terras aos camponeses e nacionalizar a indústria. Após o fim da guerra, o país estava devastado econômica e socialmente, com desemprego, desabastecimento, fome e miséria.

Estabeleceu-se, a partir da revolução, um novo paradigma para os direitos humanos fundamentais, cujo princípio é a proteção coletiva em detrimento da proteção individual. A Declaração de Direitos do Povo Trabalhador e Explorado e a Constituição da República Socialista Federativa Soviética Russa, ambas de 1918, trazem no seu preâmbulo:

[...] a abolição de toda a exploração do homem pelo homem, a completa eliminação da divisão da sociedade em classes, a impiedosa repressão da resistência dos

exploradores, o estabelecimento de uma organização socialista e o atingimento da vitória do socialismo em todos os países [...] (RÚSSIA, 1918).

O Capítulo VIII da referida Constituição estabelece a criação de dezoitos “Comissariados do Povo”, dentre eles, um encarregado do seguro social e outro da educação popular.

O programa bolchevique previa superar a situação de desigualdade das mulheres em relação aos homens através do direito ao divórcio e à herança, direitos iguais sobre os filhos, reconhecimento dos filhos ilegítimos, direito à educação e à formação profissional, acesso a todos os postos de trabalho sem discriminação, equiparação salarial para trabalho igual, direito ao aborto e direitos políticos iguais. Do mesmo modo, estabelecia a socialização do trabalho doméstico através da construção de restaurantes e lavanderias públicos, escolas em tempo integral, hospitais, postos de saúde e creches em todos os bairros (GOLDMAN, 2014). O programa revolucionário permitiu que houvesse uma reestruturação dos serviços de saúde, incluindo tal setor nos planos quinquenais (LISSÍTSINE; BATÍGUINE *apud* PAIM, 2008).

Tais medidas sofreram o cerco das grandes potências imperialistas da época, em ação articulada com a burguesia, a velha nobreza e os partidos reformistas na Rússia.

Andrade (2017) assim descreve esse momento histórico:

Os bolcheviques tomaram medidas de emergência para defender a Revolução operária. Ao mesmo tempo, e este era o grande temor das burguesias dos outros países – o exemplo da revolução varria o planeta. Rompendo com os partidos socialistas e reformistas da 2ª Internacional, Lênin e Trotski fundam, sob o signo da revolução mundial, a 3ª Internacional na Rússia revolucionária sitiada. O movimento operário toma a ofensiva num momento de crise do pós-guerra. No Brasil a primeira greve geral ocorre em 1917 e cinco anos depois surgia o primeiro agrupamento comunista – o PCB. Na Europa, na ponta avançada do movimento revolucionário, os operários alemães e húngaros erguem soviets e iniciam a revolução operária em 1919, depois derrotada.

A formação, em 1922, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) firma uma inevitável conjuntura política de bipolarização mundial, que representou uma real ameaça ao sistema capitalista: de um lado os países capitalistas liberais em crise e do outro a consolidação da União Soviética socialista (MOTA, 2017).

Tangenciando o debate sobre os fatores que levaram ao fracasso da revolução russa, que não é o objetivo deste artigo, e compreendendo que a sua investigação ainda está em curso, é inegável que a revolução russa foi uma tentativa de inigualável importância para superar o capitalismo e que a luta do povo russo foi um elemento fundamental para a derrota do nazismo e, mais tarde, para o sucesso de muitas lutas de libertação colonial.

A grande depressão econômica que se inicia em 1929, põe em cheque os fundamentos do liberalismo econômico e instaura uma forte crise de legitimidade do capitalismo, conforme análise de Behring (2006):

O enfraquecimento das bases materiais e subjetivas de sustentação dos argumentos liberais ocorreu ao longo da segunda metade do século XIX e no início do século XX, como resultado de alguns processos político-econômicos, dos quais vale destacar dois. O primeiro foi o crescimento do movimento operário, que passou a ocupar espaços políticos importantes, obrigando a burguesia a “entregar os anéis para não perder os dedos”, diga-se, a reconhecer direitos de cidadania política e social cada vez mais amplos para esses segmentos. Vale lembrar que a vitória do movimento socialista em 1917, na Rússia, também foi importante para configurar uma atitude defensiva do capital frente ao movimento operário; assim como as mudanças no mundo da produção, com o advento do fordismo. É que tais mudanças ofereceram maior poder coletivo aos trabalhadores, que passaram a requisitar acordos coletivos de trabalho e ganhos de produtividade, o que vai se generalizar apenas no pós-guerra.

Hobsbawm (1995), ao analisar o “Breve Século XX” reconhece a importância dos efeitos diretos e indiretos da revolução russa:

Os anos após a revolução russa iniciaram o processo de emancipação colonial e descolonização, e introduziram a política de bárbaras contrarrevoluções (na forma do fascismo e outros muitos movimentos) e a política de social-democracia na Europa.

Nesse ambiente, surge a Teoria Geral Keynesiana de 1936 que rompe com a visão de livre mercado em favor da intervenção estatal na economia (BEHRING, 2006). O período pós-segunda guerra mundial, o keynesianismo foi tomado como base para a construção do Estado de Bem Estar Social (*Welfare State*), demandando do Estado além da regulação da economia, o incremento das políticas sociais, visando garantir a universalização dos direitos fundamentais dos cidadãos, dentre eles, saneamento básico, saúde, educação, moradia, transporte e lazer. Tem início, portanto, o que se costuma denominar de “a era de ouro” do capitalismo nos países centrais.

Granemann (2012) destaca que um conjunto de determinações impulsionou essa fase do capitalismo: a destruição de parte importante dos meios de produção na Europa; o aniquilamento de parte importante da classe operária que a levou aos acordos com o capital no marco da socialdemocracia; e a existência da alternativa socialista (“perigo vermelho”), que poderia se por como alternativa de vida para os trabalhadores europeus e de outros países do mundo. É possível inferir que sem a revolução russa não teríamos as condições políticas e sociais para a construção do *Welfare State*.

O novo pacto social pós-segunda guerra mundial possibilitou transformações nas políticas de saúde de diversos países, como a implantação do *National Health Service* no Reino Unido em 1948, primeiro sistema estatal em país capitalista e uma das

consequências do Relatório Beveridge de 1942, que também fundamentou o *Welfare State*, assim como as reformas canadenses de 1974 e aquelas resultantes da queda das ditaduras da Espanha e de Portugal também na mesma década (PAIM, 2008). Na Itália, as mudanças no sistema de saúde demandaram três décadas para que se concretizassem dada a correlação de forças políticas (BERLINGUER; TEIXEIRA; CAMPOS, 1988).

Além da revolução russa, outros processos revolucionários também buscaram implementar políticas universais de saúde ao longo do século XX. Na China, em 1949, foram constituídos os “médicos de pés descalços”, profissionais de saúde, sem uma formação clássica em medicina, cuja ação estava voltada para medicina preventiva e promoção em saúde. A revolução Cuba (1959) implementou o sistema de saúde mais bem estrutura das Américas (ROJAS OCHOA; LÓPEZ SERRANO, 2000). Na Nicarágua, a revolução sandinista de 1979, dedicou-se à redistribuição da riqueza, bem como à promoção da saúde e da educação.

O Brasil, devido o golpe militar de 64, sofreu um atraso de décadas na construção de políticas universais de proteção social e só vai experimentá-las quando a prosperidade econômica do pós-guerra havia chagado ao fim:

Os anos 1960 iniciam-se sob o signo da intensificação da Guerra Fria. Em um mundo dividido entre as potências capitalistas e socialistas e sob uma constante instabilidade política, diversos países da América Latina passariam por golpes de Estado e instauração de regimes autoritários [...] No Brasil, esse contexto geraria grandes mudanças sociais e políticas. Em 1964, menos de duas décadas depois de o país voltar a um regime democrático, um golpe militar deu início a um novo regime de exceção no país. Prometendo reinstaurar a ordem, fortalecer a economia e restaurar o regime democrático em curto espaço de tempo, os militares acabariam permanecendo no poder por mais de vinte anos. Caracterizados em seu período inicial pela desarticulação da participação social, os primeiros governos militares em um progressivo processo de endurecimento político procuraram destruir todas as iniciativas que fossem identificadas com o ideário socialista (PAIVA, TEIXEIRA, 2014).

Nesse período, o sistema de saúde brasileiro estava dividido entre a medicina previdenciária e a saúde pública. A vertente previdenciária estava a cargo dos institutos de aposentadorias e pensões (IAPs), com foco na saúde individual de trabalhadores formais, concentrados nas zonas urbanas; a saúde pública, sob o comando do Ministério da Saúde, estava voltada para a população empobrecida, principalmente das zonas rurais e apresentava ações de caráter preventivo.

O regime militar agravou a situação da incipiente saúde pública brasileira. Sob o argumento que os IAPs estavam insolventes, o governo criou o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), eliminando a gestão tripartite (União, empregadores e empregados), ao mesmo tempo em que incentivou a expansão da iniciativa privada na saúde. Quanto à saúde pública, ocorreu o enfraquecimento do Ministério da Saúde, cujo

orçamento, no período de 1968 a 1972, caiu de 2,1% para 1,4% do orçamento da União. Em contraste com os percentuais destinados às forças armadas (18%) e transportes (12%) (PAIM, 2008).

No final dos anos 60 e início a década de 70, o Brasil cresceu em torno de 11% ao ano, com matriz econômica de cortes de gastos com políticas sociais e entrada de grande quantidade de capital estrangeiro, porém ampliou-se a concentração de renda, sem melhoria nas condições de vida da população.

O cenário internacional era de decadência do ciclo de prosperidade econômica e de desmonte do *Welfare State* (GRANEMANN, 2012). A crise não tardou a chegar ao Brasil, ampliando as tensões sociais e o surgimento de mobilização popular contra a ditadura e por mudanças nas condições sociais. Estudantes, professores universitários, setores populares e entidades de profissionais de saúde passaram a defender mudanças na saúde, culminando com a criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), em 1976. Em termos internacionais, a Organização Mundial da Saúde estabelece a meta de “Saúde para todos no ano 2000” e, no ano seguinte, a Conferência de Alma-Ata, na URSS, elegeu a atenção primária como estratégia central para alcançar esse objetivo.

Outro marco histórico dessa mobilização social que ocorria no Brasil, denominada Reforma Sanitária, na segunda metade da década de 70, foi a criação, em 1979, da Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (Abrasco).

As proposições elaboradas naquela conjuntura, para além de uma reforma setorial da saúde, apontavam para uma democratização da vida social e do Estado, conforme Arouca (1989):

Discutir a reforma sanitária nos seus aspectos conceituais, ideológicos, políticos e institucionais é, atualmente, tarefa fundamental de todos aqueles que, em diferentes países como o Brasil, Itália, Bolívia, Espanha, Portugal etc. estão comprometidos com a democratização das estruturas políticas e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Esta tarefa mais que fundamental, torna-se imprescindível para nós que buscamos, nas lutas pela reforma sanitária, construir as bases do socialismo democrático que almejamos para o Brasil.

O fim dos governos militares possibilitou a realização, em 1986, da 8ª Conferência Nacional de Saúde, durante a qual se reafirmou o reconhecimento da saúde como um direito de todos e dever do Estado, recomendando-se a organização de um Sistema Único de Saúde (SUS) público, universal, descentralizado e sob o controle social na formulação das políticas de saúde, no acompanhamento e na avaliação.

O movimento sanitarista brasileiro, apesar de limitadas bases políticas e sociais, obteve grandes vitórias na assembleia nacional constituinte, que resultaram no texto constante na Constituição Federal do Brasil de 1988 e na Lei Orgânica da Saúde de 1990.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolução russa apesar de não ter concluído sua transição para o comunismo, deixou, dentre tantos, o ideário da universalização das políticas públicas, como uma forma de emancipação humana. A luta de classes tem sido permeada por avanços e recuos para a classe trabalhadora, constantemente atacada em seus direitos e conquistas por políticas neoliberais, a pretexto de ajustes fiscais. O SUS faz parte desses avanços e como tal, exige constante vigilância e mobilização sociais contra o seu desmonte, que está em curso desde a sua criação.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, E.O. **A Revolução Russa de 1917 e seus impactos nos Andes centrais**. Revista Espaço Acadêmico, vol.16, n.189, fev. 2017. Disponível em: < <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34882>> Acessado em: 15/06/2017.
- AROUCA, A.S. [apresentação da 4ª. capa]. In: TEIXEIRA, S. F. (org.). **Reforma sanitária em busca de uma teoria**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Abrasco. 1989b. 232p.
- BEHRING, E. R. Fundamentos de Política Social. In: MOTA, A. E., et al. (orgs). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006. p. 1-27.
- BERLINGUER, G.; TEIXEIRA, S. F.; CAMPOS, G. W. S. **Reforma sanitária Itália e Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1988. 207p.
- GOLDMAN, W. **Mulher, Estado e Revolução**: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições. 2014. 400p.
- GRANDERMANN, S. Estado e questão social em tempos de crise do capital. In: GOMES, L.V.B.; VIEIRA, A.C.S.; NASCIMENTO, M.A.C. (Orgs). **O Averso dos Direitos**: Amazônia e nordeste em questão. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 41-60.
- Hobsbawm, E. **Era dos Extremos**: o breve século XX 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995. 598p.
- LÖWY, M. A revolução russa deixou a ideia de que o capitalismo não é eterno: depoimento. [06 de dezembro de 2007]. São Paulo: Caros Amigos. Entrevista concedida a Juliana Sassi. Disponível em: < <http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/news/view/134>> Acessado em: 15/06/2017.
- MOTA, C.M. **100 anos depois... A fase superior do capitalismo neoliberal**. Lutas Sociais, São Paulo, vol.21, n.38, p.109-122, jan./jun., 2017.



PAIM, J.S. **Reforma Sanitária Brasileira**: contribuição para a compreensão e crítica. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2008. 356p.

PAIVA, C.H.A.; TEIXEIRA, L.A. **Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde**: notas sobre contextos e autores. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p.15-35, jan./mar., 2014.

ROJAS OCHOA, F.; LÓPEZ SERRANO, E. **Revolución social y reforma sanitaria**: Cuba en la década de los 60. Washington, D.C.: OPS. 2000. 38p.

RÚSSIA. Constituição (1918). **Constituição da República Socialista Federativa Soviética Russa**. Moscou, Rússia: Compilação da Legislação e dos Ordenamentos do Governo, 10 de Julho de 1918. Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/LeninDireitoeMoral100718.htm>> Acessado em 20/05/2017.

O LEGADO DA REVOLUÇÃO RUSSA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADA

Cristiana Costa Lima

Resumo

Resgate da experiência da Revolução Russa para a construção de um modelo de educação. Faz breve histórico dos modelos educacionais até o período da Revolução de Outubro e retoma a concepção de educação presentes no pensamento marxista, a partir da contribuição de estudiosos como Manacorda e Pistrak. Aponta as bases para a efetivação de uma educação para além do capital, presente nos primeiros anos da nova escola soviética e expõe a importância da contribuição desse processo revolucionário para o modelo de educação transformadora.

Palavras-chave: Educação. Revolução Russa. Educação transformadora.

Abstract

Retrieval of the experience of the Russian Revolution for the construction of an education model. It makes a brief history of educational models up to the period of the October Revolution and retakes the conception of education present in Marxist thought, based on the contribution of scholars such as Manacorda and Pistrak. It points out the bases for the realization of an education beyond capital, present in the first years of the new soviet school and exposes the importance of the contribution of this revolutionary process to the model of transforming education.

Keywords: Education. Russian revolution. Transformative education.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos uma breve reflexão sobre a importância da Revolução Russa de 1917 para construção de um modelo de educação que aponte para construção de uma sociedade pós-capitalista em sua integralidade. Não colocamos em primeiro plano uma revisão crítica dos erros do processo da experiência do socialismo real soviético. Não por desmerecê-la, mas, pela limitação do tempo e espaço desta contribuição à mesa temática coordenada proposta pelo Observatório de Políticas Públicas e Lutas



Sociais, priorizamos o resgate dos acertos que se fixarão como marcas da elaboração de uma nova escola.

Assim, para a elaboração desta reflexão, iniciamos por uma aproximação histórica que remete aos primórdios do desenvolvimento da educação na sociedade ocidental. Destacamos aspectos relevantes para compreender como a educação transita da integralidade e apropriação por parte de todos os homens, na época primitiva, para uma educação seccionada e dirigida ao papel que esse homem exercerá na sociedade: escravo ou proprietário; servo ou senhor feudal; camponês/operário ou proprietário dos meios de produção. A cada um, um tipo de educação. Essa concepção emerge sobretudo a partir das revoluções Francesa e Americana, determinando a concepção pedagógica liberal-democrática.

Desenvolvemos também a reflexão que destaca a educação para além do capital, resgatando princípios pedagógicos encontrados na obra marxiana. Retomamos a concepção da formação integral, completa, do homem, a omlateralidade, que não separa o processo educacional da vida concreta e produtiva do ser humano. Almejamos, mais à frente, relacionar essa concepção trazida pelo marxismo à construção da nova escola soviética, impulsionada pela Revolução Russa de 1917. Isso para, ao final, evidenciamos a importância que esse movimento da classe proletário teve e a influência que manteve em diversas gerações de pedagogos rumo a uma educação transformadora da realidade, de construção de uma nova sociedade.

Para tanto, utilizamos como alicerce dessa elaboração a contribuição de autores como Marx e Engels, Lênin, Antonio Gramsci, Mário Aleghiero Manacorda, István Mészáros, Moisey Mikhailovich Pistrak, Anibal Ponce, dentre outros. Especialmente em Pistrak, ativo pedagogo soviético, teremos uma clara evidência do projeto de homem novo que se buscar erigir pela Revolução de Outubro. Projeto abortado pelo totalitarismo stalinista. Assim, objetivamos trazer o resgate desse importante movimento revolucionário para as políticas públicas de educação.

2 EDUCAÇÃO COMO NECESSIDADE E COMO DIREITO: uma aproximação histórica

Desde 1925, José Carlos Mariátegui, um dos maiores pensadores marxistas da América Latina no século XX, já destacava que “[...] o problema da educação não pode ser bem compreendido se não for considerado como um problema econômico e social.” (MARIÁTEGUI, 2007, p. 66). Sendo assim, não podemos entender a educação, assim como nenhuma outra dimensão da vida social, descontextualizada e descolada dos processos das

lutas das classes em disputa. Com isso, queremos afirmar que a educação, na história da humanidade, transforma-se, à medida que se transformam os modos de produzir a existência dos homens.

Ao produzir sua existência, os homens aprendiam, produziam e, ao mesmo tempo, ensinavam, repassando a outras gerações. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la (SAVIANI, 2007). A existência do homem como ser social estabelece um processo de ensino/aprendizagem que é repassado às novas gerações como forma de continuidade da espécie.

Nas sociedades primitivas, como destaca Ponce (2005, p. 19), o ensino era *para a vida e por meio da vida*, ou seja, educação e trabalho estavam juntos, pois os fins educativos identificavam-se com os interesses da coletividade. “[...] A educação na comunidade primitiva era uma função espontânea da sociedade em conjunto, da mesma forma que a linguagem e a moral.”

Daí deriva a concepção pedagógica nessas sociedades, qual seja: o profundo sentimento de que não havia nada mais importante do que os interesses e as necessidades da tribo. Na sociedade primitiva, aponta Ponce (2005, p. 22, grifo do autor),

Os fins da educação derivam da estrutura homogênea do ambiente social, identificam-se com os interesses comuns do grupo e se realizam igualmente em todos os seus membros, de modo espontâneo e integral: *espontânea* na medida em que não existia nenhuma instituição destinada a inculcá-los, *integral* no sentido que cada membro da tribo incorporava mais ou menos bem tudo o que na referida comunidade era possível receber e elaborar.

A divisão da sociedade em classes conduziu à divisão da educação, antes identificada com o próprio trabalho. A partir daí, houve duas modalidades distintas de educação: uma voltada para os proprietários da terra, para os homens livres; e outra voltada para os escravos. A educação dos homens livres centrava-se na arte das palavras, no exercício físico-militar, e a dos escravos estava voltada para o processo de trabalho. A agricultura continuou sendo a principal atividade econômica, todavia ganhou maior diversidade e complexidade com a multiplicação dos ofícios e das profissões e com a multiplicação de um sistema regular de trocas.

Na sociedade feudal isso não era diferente¹³. Baseada numa economia essencialmente agrária, a hierarquia sustentava-se nos vínculos que os indivíduos mantinham com a terra, assim como as atividades agrícolas conservavam todo o sistema

¹³ Os historiadores dividem o período do Feudalismo em Idade Média, Alta Idade Média e Baixa Idade Média. Na Alta Idade Média, período que vai do século V ao século X, processou-se a formação da sociedade feudal, ocorrendo a transição do Escravismo para o Feudalismo. Na Baixa Idade Média, período que corresponde do século X ao XV, consolidou-se o período feudal, que chegou a seu apogeu entre os séculos XII e XIII.

social. Este, por sua vez, estruturava-se não mais no trabalho escravo e sim na relação entre servo e senhor feudal, na qual o primeiro, isto é, o camponês, recebia proteção do senhor do feudo que, por sua vez, devia lealdade e era protegido por outro senhor mais poderoso, e assim por diante, culminando na figura do rei. Os senhores concediam aos seus vassallos o feudo, direito de usar a terra, em troca de lealdade, alimento. A grande maioria da população plantava para se alimentar e se vestir.

A Igreja Católica era a maior proprietária de terras durante a Idade Média, um período em que ter terra significava poder econômico e político. A Igreja normatizava a cultura controlando a fé e, sobretudo, a ordem social. Todos que se colocavam contrários às suas ordens eram duramente punidos. Enquanto os servos sofriam sob o domínio de seus senhores, o Cristianismo proclamava que todos eram iguais perante Deus. Aliás, uma saída confortável para a Igreja manter o *status quo* por meio da promessa de uma vida melhor no reino dos céus.

Diante desse contexto, a Igreja mantinha também a direção da educação como um importante instrumento ideológico de dominação, mantendo em suas mãos a instrução pública. Segundo Ponce (2010), foi nesse período que surgiram as Escolas Monásticas, divididas em duas categorias: uma designada à instrução de futuros monges e outra destinada à plebe, cujo objetivo *“não era instruir a plebe, mas familiarizar as massas camponesas com as doutrinas cristãs e, ao mesmo tempo, mantê-las dóceis e conformadas.”* (PONCE, 2010, p. 91, grifo do autor). Cabe frisar que a Igreja controlou durante a maior parte da Idade Média o ensino, seja fixando as diretrizes pedagógicas, seja fundando escolas e preparando os alunos para seguir a carreira eclesiástica.

Na segunda metade do século XVIII, assiste-se à supressão das corporações de ofício e da aprendizagem artesanal como única forma de instrução. A nova produção de fábrica leva ao surgimento da moderna instituição escola pública (MANACORDA, 2010).

Fábrica e escola nascem juntas: as leis que criam a escola de Estado vêm juntas com as leis que suprimem a aprendizagem corporativa (e também a ordem dos jesuítas). Os filósofos e os soberanos iluminados não tiram nenhuma novidade do próprio cérebro, são apenas os intérpretes e os executores dessa realidade que está mudando. (MANACORDA, 2010, p. 303).

Dessa forma, o processo de laicização da educação tem sua origem com as revoluções da França (1789) e dos Estados Unidos (1776), que destacavam a importância de uma instrução universal e de uma reorganização do saber que acompanhasse o desenvolvimento da indústria e da ciência. Estavam dadas as bases para a expansão e renovação do que passou a ser conhecida como a pedagogia liberal-democrática.

Ao destacar a concepção de educação que ganha força pós-revolução burguesa em 1789, é importante situarmos o pensamento mais elaborado na relação entre Estado e

escola na concepção liberal da época, que resultou em importante influência na construção de parâmetros que orientaram reformadores da instrução pública nos mais variados países, não só da Europa como da América Latina. Referimo-nos à contribuição de Marie Jean-Antonie Nicolas Caritat, o Marquês de Condorcet¹⁴ que, de acordo com Manacorda (2010), defendia convictamente o progresso do homem, de tal forma que, em seu estágio de desenvolvimento ao longo da vida, culminaria com o momento em que a desigualdade desapareceria entre as nações e classes e se alcançaria o indivíduo em sua perfeição. Daí sua defesa de uma “[...] instrução para todo o povo, aos cuidados do Estado e inspirada no laicismo absoluto: uma instrução, enfim, ‘única’, gratuita e neutra.” (MANACORDA, 2010, p. 305, grifo do autor).

Entretanto, a instrução *única, gratuita e neutra* do Marquês de Condorcet, para além do idealismo, que lhe coloca na condição de um *visionário*, na verdade, tratava-se de um *visionário* com forte consciência de classe, burguesa, no caso:

O pretense visionário conhecia bem o caminho que percorria. Quando, nos dias 20 e 21 de abril de 1792, Condorcet leu seu *informe* na Assembleia Legislativa, a burguesia, apesar de triunfante, ainda não tinha em suas mãos a máquina administrativa. Não só a Monarquia ainda estava de pé, como ainda continuava representando um perigo. Mas, poucos meses depois da apresentação do dito *informe*, a República foi proclamada. E, naturalmente, ao reeditar o seu *informe* um ano depois, por ordem da Convenção, Condorcet introduziu nele as modificações que mencionamos. Quer dizer, *enquanto o poder estatal continuava nas mãos da classe inimiga, era necessário impedir a qualquer preço o controle estatal nas escolas: não permitir que o Estado nomeasse os professores e exigir a existência das escolas particulares (burguesas, neste caso), em cuja fundação o Rei não pudesse intervir. Mas, assim que a burguesia se apoderou da máquina administrativa, Condorcet passou a afirmar que as escolas deveriam estar sob a vigilância e a administração do Estado.* (PONCE, 2010, p. 143, grifos do autor).

O princípio da gratuidade, revela Ponce (2010), também estava devidamente circunscrito aos interesses da classe burguesa emergente. À época, as crianças de cinco anos de idade das classes populares estavam nas fábricas, trabalhando. Como exclama

¹⁴ Com a Revolução Francesa, Condorcet foi eleito para a Assembleia Legislativa de Paris. Desempenhou um papel ativo na reforma do sistema educacional, tendo publicado, em 1771, Cinco Memórias para a Instrução Pública, texto no qual defende o ensino público, gratuito e universal, além de propor o afastamento da Igreja dos processos educacionais. De acordo com a proposta educacional de Condorcet, “[...] o ensino seria dividido em escolas primárias, escolas secundárias, institutos, liceus e Sociedade Nacional das Ciências e das Artes.” (BOTO, 2003, p. 745, grifo do autor). Na educação primária, momento de aprendizagem no qual todas as crianças aprenderiam a ler, escrever, contar e teriam acesso a conhecimentos gerais. O ensino secundário prepararia o aluno para acompanhar o desenvolvimento das manufaturas e para lidar com as novas exigências postas pelas transformações nas tecnologias de produção. O terceiro grau de instrução aconteceria nos institutos no quais o saber erudito deveria ser suficientemente desenvolvido para capacitar os indivíduos para o desenvolvimento das funções públicas que exigiam maior conhecimento. O liceu, quarto grau de instrução, refere-se aos estabelecimentos destinados à produção e divulgação do conhecimento erudito. Por fim, o quinto nível de ensino, no qual caberia à sociedade Nacional das Ciências e das Artes a função de supervisionar todos os demais níveis (BOTO, 2003)

Aníbal Ponce: “[...] grande vantagem, para uma criança que desde os 5 anos deve ganhar o pão de cada dia, o fato de as escolas serem gratuitas!” (PONCE, 2010, p. 144).

Assim, só muito tempo depois a escola gratuita, aberta também às classes populares, veio a tornar-se concreta. Mas foi a partir desse período de concepção liberal que se firmou o debate em torno do direito de todos à instrução universal, gratuita, estatal, laica e de renovação cultural. Todas essas ideias estavam baseadas nas exigências reformadoras do Iluminismo que, em nome dos direitos naturais dos homens, defendiam a *liberdade*¹⁵ do povo com certo grau de instrução e voltada para a promoção das faculdades intelectuais e morais dos jovens.

É com a efetiva implementação do modo de produção capitalista que a relação trabalho e educação sofrerá novas e incisivas modificações. Nessa nova forma social, passa-se ao modelo das fábricas e da indústria baseada nas máquinas em substituição aos homens. Esse processo de transformação do trabalho desloca massas de populações do campo para cidade, das oficinas para as fábricas, provocando transformações culturais de grandes proporções.

Com a Revolução Industrial, os trabalhadores foram obrigados a vender a única coisa que ainda lhes restava: sua força de trabalho. A história da criação de uma oferta necessária à produção capitalista deve, portanto, ser a história de como os trabalhadores foram privados dos meios de produção.

Ao entrar na fábrica, o trabalhador foi expropriado também da ciência inerente ao seu trabalho: o aprendizado que levava ao pleno domínio de todas as suas capacidades. A secularização, a universalização e a estatização da instrução se completa e avança no período pós-Revolução Francesa. A esse respeito, Marx (1994, p. 270-271) destaca o que a máquina faz na relação com o trabalhador.

O trabalhador, em vez de sujeito de conhecimento, de reflexão e imaginação, passa a ser considerado parte das máquinas: as potências intelectuais da produção ampliam sua escala por um lado, porque desaparecem por muitos lados. O que os trabalhadores parciais perdem concentra-se no capital com que se confrontam. É um produto da divisão manufatureira do trabalho opor-lhes as forças intelectuais do processo material de produção como propriedade alheia e poder que os domina. Esse processo de dissociação começa na cooperação simples, em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social do trabalho. O processo desenvolve-se na manufatura, que mutila o trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial. Ele se completa na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital.

Para atender a essas novas demandas do mundo da produção, o trabalhador assalariado tinha que dispor ao menos de uma educação elementar – condição essencial

¹⁵ Aqui se trata da liberdade indicada pelo liberalismo, de cunho essencialmente contratualista, baseada na liberdade individual.

para ser incorporado ao novo modelo produtivo. Nas sociedades escravocratas ou feudais em que os instrumentos de trabalho eram primitivos e a técnica rudimentar, a formação do trabalhador não era objeto de grandes preocupações.

No entanto, o impacto da lógica do capital sobre a educação tornou-se grande ao longo do desenvolvimento do capitalismo. A educação sob a lógica do sistema do capital serviu para fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes como se não houvesse nenhuma alternativa a essa lógica. Diante desse contexto, é importante destacar que as determinações gerais do capital afetam cada âmbito particular com alguma influência na educação e não apenas a educação formal. Elas estão totalmente integradas na totalidade dos processos sociais (MÉSZÁROS, 2008).

Sob o domínio do capital é necessário assegurar que os indivíduos internalizem a dinâmica da reprodução capitalista por meio da organização de uma cultura adequada do processo ideológico formador do modo de vida do capital. Assim, ensina Mézáros (2008), uma das principais funções da educação formal na sociedade capitalista é produzir conformidade ou consenso.

O projeto burguês de educação, desde o final do século XVIII, já era fortemente marcado pela concepção de educação para as massas como fator de racionalização à vida econômica, à produção e ao tempo dessa produção. A educação do trabalhador é subsumida à necessidade do capital de reproduzir a força de trabalho como mercadoria.

3 A EDUCAÇÃO PARA ALEM DO CAPITAL: o legado da Revolução Russa na construção de uma educação transformadora

Uma vez mais, temos em Marx e Engels a contribuição para abrir caminhos ao debate. São autores que, apesar de não terem escritos específicos sobre a questão educacional, apontam suas preocupações para a construção do homem plenamente desenvolvido em suas potencialidades físicas e espirituais, não subjugado ao domínio do capital. A partir de suas análises acerca do modo de produção capitalista, eles demonstram a discrepância entre o gênero humano e os indivíduos fundados a partir da divisão social do trabalho, da propriedade privada e a exploração do trabalho.

É a partir da compreensão desse caráter histórico, e não naturalmente dado, que Marx e Engels se empenharam em entender o trabalho como possibilidade de libertação do homem. Diante disso, está posta a exigência da omnilateralidade do homem, do seu desenvolvimento completo, das suas forças produtivas, das capacidades de sua satisfação,

a fim de suplantar o que constata Manacorda (2007, p. 60): “[...] todo homem, subsumido pela divisão do trabalho, aparece unilateral e incompleto.”

Em seu minucioso trabalho filológico em busca do princípio educativo marxiano, Manacorda (2007) identificou nos *Manuscritos de 1844* a obra de Marx na qual, pela primeira vez, aparece a expressão onnilateral, significando que “[...] o homem se apropria de uma maneira onilateral do seu ser onilateral, portanto, como homem total.” (MARX apud MANACORDA, 2007, p. 88). Em *A Ideologia alemã*, ele identifica a passagem pela qual Marx atribui, mais ainda, que essa onnilateralidade do homem “[...] trata-se, em suma, do desenvolvimento original e livre dos indivíduos na sociedade comunista.” (MANACORDA, 2007, p. 88). E, na *Miséria da filosofia*, na qual “[...] a perspectiva da onilateralidade aparece já mais estreitamente unida à vida na fábrica.” (MANACORDA, 2007, p. 88). Para Manacorda (2007, p. 89-90), em Marx, a onnilateralidade é:

[...] a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidade de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho.

No entanto, é o próprio Manacorda que nos chama a “[...] reconstituir o homem onilateral, não tanto como Marx o desenha incidentalmente aqui e ali, [...] mas como tendência contraditoriamente posta e negada pela sociedade moderna: e já passível de se assumir como objetivo consciente.” (MANACORDA, 2007, p. 92). Como resultado de um processo de autocriação, no qual esse novo homem se apresente como uma totalidade de disponibilidades.

As implicações pedagógicas desse processo, destaca Manacorda, exigem a reunificação das estruturas da ciência com as da produção para a reintegração da onnilateralidade do homem, sem a separação teórica e prática do ensino, pois “[...] não é o marxismo, mas o capitalismo, a produção capitalista que – como Marx denuncia – limita os trabalhadores ao ensino da prática [...]” decorrente do sistema capitalista (MANACORDA, 2007, p. 93-94).

Assim, constatada essa divisão da atividade vital do homem em trabalho intelectual e trabalho manual, o que temos é que “[...] toda a pesquisa de Marx se orienta a reintegrar o homem dividido em homem total, onilateral etc. É este o fundamento de toda a antropologia e, portanto, de toda a pedagogia marxista.” (MANACORDA, 2007, p. 178).

Quando a burguesia permite uma maior ampliação de habilidades ao trabalhador, o faz concebendo-o sob o critério da pluriprofissionalidade, não de seu pleno desenvolvimento humano. “Ao critério burguês da pluriprofissionalidade, Marx opõe a ideia da onnilateralidade, do homem completo, que trabalha não apenas com as mãos, mas

também com o cérebro e que, consciente do processo que desenvolve, domina-o e não é por ele dominado”, resgata Manacorda (2007, p. 101). Neste sentido, reafirmar que “[...] uma pedagogia separada da luta pela transformação social perde todo o seu sentido.” (MANACORDA, 2007, p. 181).

Entendemos que a educação é determinada pelo modo de produção da vida material. Ou seja, as relações de produção e as forças produtivas são fundamentais para apreender o modo como os homens vivem, pensam e transmitem as ideias e os conhecimentos que têm sobre a vida e sobre a realidade natural e social. Para Gramsci, todos os homens são filósofos, pois todos possuem uma dada concepção de mundo. A questão está, conscientemente ou não, em qual concepção de mundo da qual fazemos parte.

[...] É preferível ‘pensar’ sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, ‘participar’ de uma concepção de mundo ‘imposta’ mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente [...] ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade na produção da história do mundo, ser guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade? (GRAMSCI, 1991. p. 12)

O princípio educativo que nos vem de Marx, reforçando por Lênin, por Gramsci, aponta para uma unidade entre ensino e trabalho, cujo objetivo é preparar os trabalhadores para assumir o controle da sociedade, superando a dicotomia entre o pensar e o agir. Ou seja, entre a teoria e a prática. Em síntese, a busca da onilateralidade considerada objetivamente como o fim da educação, na perspectiva de um homem novo.

No ano de 1917, quando a Revolução Russa rompe com as bases sociais czaristas, fica claro aos revolucionários que era necessário organizar um novo sistema educacional e escolar que caminhasse rumo à construção de uma escola socialista e uma pedagogia marxista. Assim, em 26 de outubro de 1917, em substituição ao antigo Ministério da Educação, foi criado o “Comissariado Nacional da Educação”, com a finalidade de cuidar de toda a vida cultural russa e não somente da educação.

Lênin, em seu discurso proferido no III Congresso da União Comunista da Juventude, em outubro de 1920, fez uma crítica à “velha escola” e deixa clara a necessidade de uma instrução pública para o sucesso da revolução socialista. Para o líder bolchevique, era preciso abolir tudo o que da escola não servisse aos propósitos revolucionários, aproveitando-se o que fosse útil para construção de educação socialista.

A velha escola produzia os servidores necessários aos capitalistas, a velha escola fazia dos homens de ciência pessoas que tinham de escrever e falar ao gosto dos

capitalistas. Isso quer dizer que devemos suprimi-la. Mas se devemos suprimi-la, se devemos destruí-la, quer isso dizer que não devemos tomar dela tudo aquilo que a humanidade acumulou e que é necessário para o homem? Quer isso dizer que não devemos saber distinguir aquilo que era necessário para o capitalismo daquilo que é necessário para o comunismo? No lugar do antigo amestramento, que se praticava na sociedade burguesa, apesar da vontade da maioria, nós colocamos a disciplina consciente dos operários e camponeses, que unem ao seu ódio contra a velha sociedade a decisão, a capacidade e a disposição de unir e organizar as forças para essa luta, a fim de criar, da vontade de milhões e centenas de milhões de pessoas isoladas, divididas e dispersas pela extensão de um país imenso, uma vontade única, pois sem esta vontade única seremos inevitavelmente vencidos. Sem essa coesão, sem essa disciplina consciente dos operários e dos camponeses, a nossa causa é uma causa sem esperança. Sem isto não poderemos vencer os capitalistas e latifundiários de todo o mundo. Nem sequer consolidaremos os alicerces, para não falar já da construção sobre estes alicerces da nova sociedade comunista. Do mesmo modo, rejeitando a velha escola, alimentando contra esta velha escola um ódio absolutamente legítimo e necessário, apreciando a disposição de destruir a velha escola, devemos compreender que o velho ensino livresco, a velha aprendizagem de cor e o velho amestramento devem ser substituídos pela capacidade de se apropriar de toda a soma de conhecimentos humanos, e apropriar-se deles de tal modo que o comunismo não seja em vós algo aprendido de memória, mas seja pensado por vós mesmos, seja uma conclusão necessária do ponto de vista da educação moderna. (LÊNIN, 1920, s/p).

O certo é que a educação ganhou uma importância central na construção do socialismo na União Soviética. A unidade entre as condições materiais e educação, teoria e prática, como ensinado por Marx, nunca esteve tão claramente posta como no início da Revolução, em um país cujo índice de analfabetismo beirava os 95%.

Essa formatação de educação transformadora teve em Moisey Mikhailovich Pistrak (1888-1937)¹⁶ um dos mais ativos pedagogos da nova escola soviética e do desenvolvimento da pedagogia marxista, em afinado pensamento com os primeiros anos da revolução, no qual se partia da máxima que não bastava compreender o mundo, era preciso transformá-lo. E, para isso, era também necessário conceber a escola como continuidade do meio social e não como preparatória para o meio social. Ou seja: “como tem por exigência ser *socialmente útil*, o trabalho não pode limitar-se ao interior da escola”. Pois é na vida, no meio social, o lugar “onde se organiza a tarefa de conhecer este meio – com suas contradições, lutas e desafios” (FREITAS, 2009, p.35).

O discurso de Lênin e a contribuição de Pistrak para a nova escola soviética expressam a concepção que reelabora toda a forma de pensar e organizar o sistema de educação dado, para um que, de fato, construísse o novo homem, pressuposto assumido por Lênin como vital para a sobrevivência, desenvolvimento e vitória da Revolução de 1917, por si já se configura numa importante legado: o rompimento efetivo e concreto com a pedagogia burguesa, com a formação omnilateral do homem, de um homem completo a partir de sua convivência em sociedade e de seu trabalho, sem a separação do trabalho manual do trabalho intelectual. Essa a base de pensamento da qual partirão diversas

¹⁶ Pistrak foi preso em setembro de 1937, durante a perseguição stalinista dos anos 1930 e morreu, por fuzilamento, em 25 de dezembro de 1937.

escolas pedagógicas e experiências educacionais, após a Revolução Russa, que acontecerão mundo afora. E até hoje bastante influente e de enorme tensão com os ditames dos organismos internacionais sob a hegemonia burguesa ao estabelecer diretrizes para a educação global.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não tratamos de realizar aqui uma crítica de quando esse projeto de uma nova escola soviética, fruto da Revolução de 1917 iniciou sua ruína. Tampouco das causas que podem ter levado à derrocada da experiência real do socialismo vivida ali. É fato que o stalinismo parece ter sido muito responsável pelas alterações do projeto revolucionário inicialmente elaborado pela Revolução, inclusive para a educação.

No entanto, à parte essa lacuna que deixamos aqui, destacamos que essa experiência, mesmo limitada pelas condições históricas e políticas que sofreu, tronou-se basilar para a criação de uma nova pedagogia, de uma nova escola, de uma nova educação que, até 1917, que existia apenas tenuemente em reflexões, especificamente de Marx e Engels. O principal legado da Revolução Russa, sem dúvida, foi despertar em diversas gerações de educadores que uma educação transformadora da realidade era sim possível. Tratemos de não abandonar essa utopia, eis o nosso compromisso quando da elaboração das políticas públicas para a educação: manter a defesa do homem omnilateral, de educação completa, integral, no qual todos possam exercer plenamente suas capacidades físicas e intelectuais. Um homem novo, para um mundo novo.

REFERÊNCIAS

BOTO, Carlota. Na revolução francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 24, n. 84, p. 735-762, set. 2003.

FREITAS, Luis Carlos de. **A luta por uma pedagogia do meio**: revisitando o conceito. In: PISTRAK, Moisey M. A escola-comuna, São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LENIN, Vladimir. **Discurso no III Congresso de toda a Rússia da União Comunista da Juventude da Rússia** – 2 de Outubro de 1920. In: Revista HISTEDBR *On-line*, Campinas, número especial, p. 367-376, abr2011. Disponível em:



http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/41e/doc01_41e_1.pdf Acesso em maio de 2017.

MARIÁTEGUI, Jose Carlos. **Mariátegui**: sobre educação/seleção de textos. São Paulo: Xamã, 2007.

MANACORDA, Mario Alighieri. **História da Educação**: da antiguidade aos nossos dias. Trad. Gaetano Lo Monaco., 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Marx e a pedagogia moderna**. Trad Newton Ramos de Oliveira. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

PONCE, Anibal. **Educação e luta de classes**. Tradução José Severo de Camargo Pereira. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 14. ed. Tradução Reginaldo Sant'Ana. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1994. Livro I, v. 1.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.